



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

**GABINETE DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

Exma. Senhora
Dra. Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

Assunto: Resposta à Pergunta Parlamentar nº 4338/XIV/1ª

Cara Catarina,

Encarrega-me o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de, em resposta à pergunta parlamentar em epígrafe, levar ao conhecimento de V. Exa. os seguintes esclarecimentos:

Portugal tem defendido uma gestão estratégica das políticas migratórias através do desenvolvimento de canais legais e seguros de migração e do reforço da cooperação – nas suas múltiplas vertentes – com os países de origem e de trânsito, salvaguardando sempre o respeito pelos direitos humanos. Portugal tem igualmente defendido e contribuído ativamente para o respeito do direito pela proteção internacional dos requerentes de asilo.

Ao nível UE, o Novo Pacto sobre Migração e Asilo, apresentado pela Comissão Europeia e em discussão pelos Estados-membros, procura uma solução comum e sustentada de gestão do fenómeno migratório, assente na partilha de responsabilidades e na assistência aos países da linha da frente, nomeadamente Itália, Malta e Grécia. Medidas como a introdução de um mecanismo de distribuição obrigatório de requerentes de asilo dependem, contudo, de um consenso entre todos os Estados-membros que ainda não foi alcançado, não obstante a postura construtiva adotada por Portugal.

Esta postura é, aliás, reconhecida e teve tradução prática por via dos mecanismos de recolocação, incluindo os exercícios *ad hoc* na sequência dos resgates do Mediterrâneo Central.

Reconhecendo as dificuldades sentidas no território grego, particularmente nas ilhas do mar Egeu, e em nome da responsabilidade humanitária e da solidariedade europeia, o nosso país celebrou, em 2019, um acordo administrativo com as autoridades helénicas que poderá abranger a transferência de 1000 pessoas.

Já na sequência dos incêndios em Moria, a Comissão Europeia prontificou-se a financiar a transferência de 406 menores não acompanhados que ainda se encontravam em Lesbos para o continente europeu e acelerou a



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

**GABINETE DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

distribuição destes menores pelos Estados-membros. Portugal mostrou-se imediatamente disponível para participar neste esforço europeu de solidariedade, reafirmando os compromissos assumidos anteriormente e empenhando-se na sua agilização, garantindo a prioridade para a transferência de menores não acompanhados e pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

De facto, em resposta a um apelo das autoridades gregas ainda antes do incêndio, Portugal tinha-se disponibilizado para acolher 500 menores não acompanhados das ilhas gregas, incluindo de Moria. O primeiro grupo de 25 menores chegou no passado dia 7 de julho e o próximo, de 28 menores, deverá chegar ainda este mês de outubro. Graças a este exercício, coordenado pela Comissão Europeia, cerca de 2/3 dos 1.200 menores não acompanhados que se encontravam em Moria no passado mês de março já tinham sido transferidos para o continente ou recolocados quando ocorreram os incêndios que destruíram o campo.

Finalmente, a acompanhar a adoção do Pacto sobre Migração e Asilo recentemente apresentado, a Comissão anunciou a criação de uma task-force para aliviar a situação de Moria, começando pela construção de facilidades de acolhimento duradouras e adequadas e que procurará aumentar as condições de segurança e contribuir para procedimentos mais expeditos que evitem a sobrepopulação.

Portugal tem procurado contribuir para o aprofundamento da solidariedade entre Estados-membros no que respeita ao acolhimento de requerentes de proteção internacional, quer no âmbito das discussões ao nível europeu, quer através do acolhimento proactivo em território nacional de requerentes de asilo provenientes de países de primeira linha.

No contexto das discussões sobre o Novo Pacto para as Migrações e Asilo, o nosso país continuará a defender uma solução equilibrada, justa e exequível que garanta a proteção internacional dos requerentes de asilo e uma partilha de responsabilidades pelos países europeus. Simultaneamente, continuaremos a participar ativamente nos esforços de acolhimento de refugiados através da implementação dos compromissos já assumidos.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoas*

A Chefe do Gabinete

Indira Noronha

ARF/MM